

Explorando as Percepções dos Gestores Públicos de Além Paraíba (MG): o lazer na ótica da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo

Ane Caroline Lopes¹
Romilda Aparecida Lopes²

Resumo:

O lazer e o turismo promovem melhorias na qualidade de vida, visto que fomentam o desenvolvimento econômico, social e cultural, além de serem importantes ferramentas educacionais. Por isso, torna-se necessária a elaboração de políticas públicas que aproximem a sociedade civil dos gestores públicos e diversos órgãos concernentes ao Estado ligados à questão do tempo livre. Assim, o objetivo deste trabalho é analisar como o lazer é compreendido pelos gestores públicos ligados a essa área no município mineiro de Além Paraíba, buscando, por extensão, identificar a percepção desses agentes quanto à capacitação dos quadros para a atuação no campo do Lazer. Os procedimentos metodológicos empregados nesta investigação se pautaram em entrevistas, pesquisa bibliográfica e uma breve pesquisa documental. Tendo em vista as particularidades que permeiam o processo de elaboração dos projetos e ações municipais para o incremento do lazer, nota-se que os resultados revelam, em Além Paraíba, que a falta de capacitação dos gestores, bem como a não integração entre as subpastas da secretaria, dificultam a elaboração das políticas públicas capazes de envolver os conteúdos culturais do lazer, minimizando, assim, a diversificação das atividades ligadas ao tempo livre ofertadas à população.

Palavras-chaves: Lazer. Políticas Públicas. Formação Profissional. Conteúdos Culturais.

EXPLORING THE PERCEPTIONS OF PUBLIC MANAGERS IN ALÉM PARAÍBA, MINAS GERAIS STATE (BRAZIL): THE LEISURE FROM THE PERSPECTIVE OF THE MUNICIPAL DEPARTMENT OF CULTURE, SPORT, LEISURE AND TOURISM

Abstract:

Leisure and tourism promote improvements in the quality of life, since they foster social, cultural and economic development, also being important educational tools. That is why it becomes necessary the creation of public policies concerned to the question of the free time. These policies should bring closer civil society and public managers, as well the several organs that belong to the state administration. Therefore the objective of this paper is to analyze how leisure is understood by public managers connected in this area, in the city of Além Paraíba (MG). Additionally we have identified the perception of these agents concerning the training of frames to activities in leisure field. The methodological procedures used in this investigation were based on interviews, bibliographical references research and a brief documentary research. Owing to the particularities that permeate the process of projects creation and municipal actions to increase leisure, we can see that the results in Além Paraíba reveal that the lack of manager's training and the failure of integration between secretariat's subfolders difficult the creation of leisure public politics able to engage leisure's cultural contents reducing the diversification of activities offered to population connected to the free time.

Keywords: Leisure. Public politics. Professional formation. Cultural content.

¹ Bolsista do Grupo de Educação Tutorial - Turismo/UFJF. Graduanda em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: aneclopes@hotmail.com.

² Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestranda em Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). E-mail: romildaalopes@gmail.com

EXPLORACIÓN DE LAS PERCEPCIONES DE LOS GESTORES PÚBLICOS EN ALÉM PARAÍBA, PROVINCIA DE MINAS GERAIS (BRASIL): EL OCIO DESDE LA PERSPECTIVA DE LA CONSEJERÍA MUNICIPAL DE CULTURA, DEPORTE, OCIO Y TURISMO

Resumen:

Ocio y turismo promueven mejoras en la calidad de vida, desde que fomentan el desarrollo económico, social y cultural, así como herramientas educativas importantes. Por lo tanto, es necesario elaborar políticas públicas que traerán la sociedad civil de los gestores públicos y diversos organismos del Estado relacionados con el tema del tiempo libre. El objetivo de este estudio es examinar cómo el ocio es entendido por los funcionarios públicos vinculados a esta área en el ayuntamiento de Além Paraíba, ubicado en la provincia de Minas Gerais (Brasil). Por extensión, nosotros intentamos identificar la percepción de estos agentes en la formación de cuadros para el trabajo en el campo del ocio. Los procedimientos metodológicos utilizados en esta investigación se basan en entrevistas, revisión de la literatura y una investigación documental breve. Dadas las particularidades que impregnan el proceso de elaboración de proyectos y acciones municipales para aumentar el ocio, se observa que los resultados ponen de manifiesto, en Além Paraíba, la falta de directivos cualificados, así como la falta de integración entre los niveles inferiores del staff administrativo local, lo que obstaculiza el desarrollo de políticas públicas capaces de atacar el contenido de actividades culturales de ocio. Por consecuencia, se reduce la diversificación de las actividades relacionadas con el tiempo libre que ofrece a la población.

Palabras clave: Ocio. Políticas Públicas. Formación Profesional. Contenidos Culturales.

1 INTRODUÇÃO

O lazer, enquanto manifestação cultural, ganhou destaque, na contemporaneidade, no que tange à reflexão sobre a sua natureza, suas ocorrências, as motivações e os seus impactos sobre os indivíduos. Cada vez mais se reconhece esse fenômeno social³ como importante ferramenta educacional e cultural, capaz de promover uma melhoria de vida significativa para os cidadãos através do fomento à promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural.

³ Fenômeno social aqui entendido como eventos históricos que influenciaram profundamente os valores e a visão de mundo, ou seja, aqui se refere aos comportamentos, ações e situações observadas em determinadas sociedades, organizações e grupos em um momento ou período histórico. (CHIUZI; PEIXOTO; FUSARI, 2011, p.2).

Diante desse contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar como o lazer e, conseqüentemente, seus conteúdos culturais são compreendidos pelos gestores da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo do município de Além Paraíba – MG, buscando, ainda, apreender como esses gestores encaram uma questão tão cara ao lazer: a capacitação dos que atuam junto a essa área.

Esta pesquisa, na medida em que se constitui por uma abordagem preponderantemente qualitativa, se preocupa em apreender o mundo dos significados, valores, atitudes, isto é, a busca pela compreensão de uma esfera mais profunda de relações, de fenômenos humanos muitas vezes impossíveis de serem captados por intermédio de equações ou estatísticas (MINAYO, 1999). Posto isso, esta investigação se faz valer, em primeiro lugar, de uma revisão bibliográfica, estratégia metodológica pautada principalmente na leitura e fichamento de livros e artigos. Com vistas a pormenorizar esse procedimento, Marconi e Lakatos (2006, p. 160), concebem que a pesquisa bibliográfica “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Após esta revisão de literatura, como forma de subsidiar a análise, opta-se também pela consulta a dados primários e secundários⁴, principalmente aqueles relativos aos projetos desenvolvidos pelas pastas da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo. Além disso, a partir da análise das entrevistas realizadas com gestores municipais ligados à pasta supracitada procurou-se fazer uma reflexão acerca da importância da formação profissional e a integração entre os diversos gestores do lazer durante a elaboração e implantação de políticas públicas direcionadas para essa área. Para tanto, optou-se por realizar isso a partir das seguintes categorias de análise, a saber: compreensão de lazer; formação e trajetória profissional; integração entre setores municipais ligados ao tempo disponível de Além Paraíba e atendimento às demandas de lazer da sociedade civil.

Quanto à estrutura deste trabalho, ressalta-se que, primeiramente, apresentar-se-á uma síntese sobre o conceito de lazer e suas implicações, assim

⁴ Segundo Andrade (1993), a pesquisa em fontes primárias baseia-se em documentos originais, que foram coletados pela primeira vez pelo pesquisador para a solução do problema, podendo ser coletados mediante entrevistas, questionários e observação, ao passo que os dados secundários são aqueles que já se encontram à disposição do pesquisador.

como as concepções sobre o que são políticas públicas e sua finalidade. Após esta primeira seção, baseada principalmente em pesquisas bibliográficas, turismo e políticas públicas, serão analisadas, no item seguinte, entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores do setor no município de Além Paraíba. À guisa de conclusão, na terceira seção, serão apresentadas as principais considerações finais referentes a esta investigação.

2 COMPREENDENDO O LAZER

O lazer é um termo que, ao longo da história, adquiriu múltiplos significados e sentidos, sobretudo em decorrência das mudanças sociais, culturais e econômicas sofridas nas diversas sociedades ocidentais, desde a Idade Antiga, como explica Gomes (2008, p.19). Diante desta gama de concepções, torna-se importante salientar que nosso objetivo neste trabalho não é discorrer longamente sobre as variadas definições do lazer, mas sim ressaltar a importância de tal fenômeno social para o desenvolvimento dos indivíduos, sendo, portanto, objeto indispensável das políticas públicas.

O sociólogo francês Joffre Dumazedier (1979, p.91) aponta o lazer como um tempo livre das obrigações institucionais elementares (trabalho, família, socioespírito e sociopolítica), que tem como premissas fundamentais (1979, p.94): i) o caráter liberatório, no qual o indivíduo tem o livre arbítrio de escolher a que se dedicar, já que está usufruindo de seu tempo disponível das obrigações; ii) o caráter desinteressado, uma vez que o lazer não está fundamentalmente ligado a nenhum fim lucrativo, ideológico ou proselitístico; iii) o caráter hedonístico, pois o objetivo do indivíduo é atingir um estado de satisfação; iv) caráter pessoal, no qual o sujeito busca atender suas próprias necessidades.

A despeito das questões assinaladas anteriormente, é comum, entretanto, o lazer ser entendido como um tempo antagônico ao trabalho, em que se possui liberdade absoluta e total. Diante de tal fato, Gomes (2004, p.121) assevera que, apesar de possuírem características distintas, ambos os termos – trabalho e lazer – integram a mesma dinâmica social e estabelecem relações dialéticas entre si, o que denota que ambos estabelecem uma relação menos de oposição e mais de completude.

Ainda no que concerne a essa questão, o sociólogo francês Dumazedier (1979) afirma ainda que, além do divertimento e do descanso, o lazer propicia também o desenvolvimento pessoal e social, através de atividades correlacionadas aos cinco conteúdos culturais por ele categorizados em sua pesquisa, como os interesses físicos, os práticos, os artísticos, aqueles ligados ao intelecto e os

de ordem social. Nesse ínterim, Marcellino (1996), em seus estudos, adiciona um sexto interesse ou conteúdo cultural do lazer, o turístico.

Um elemento central para o debate aqui proposto diz respeito ao fato do lazer possuir como especificidade concreta, considerando a sua manifestação na atualidade, a reivindicação social, ou seja, é uma vivência que, por intermédio da cidadania e da participação cultural, é capaz de evocar, no sujeito, atitudes críticas e criativas. Essas ações seriam capazes de promover uma renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, buscando não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova concepção cultural. O lazer pode vir a ser uma importante ferramenta educacional, estimuladora de competências, e um instrumento ativo de mobilização e participação cultural, sendo capaz de transpor barreiras socioculturais e de proporcionar uma melhoria na qualidade de vida, tal como postula Marcellino (1996).

Porém, segundo Marcellino (1996) e Gomes (2008), quase sempre o poder público tem uma visão muito restrita e parcial do que seja, de fato, o lazer e as suas implicações. Muitas vezes os gestores públicos compreendem o fenômeno como sinônimo de ócio, ou seja, um tempo contrário ao trabalho, em que o indivíduo está livre para fazer o que quer, e, por isso, acabam atribuindo a ele uma visão negativa, compreendendo-o como uma vivência que aumenta a violência, a criminalidade e a depredação. Devido a isso, surgiu a ideia de que o lazer tem que ser um tempo “organizado” e adequadamente “preenchido”, como explica Gomes (2004, p. 120).

Assim, no Brasil, para preencher esse tempo, as políticas públicas pautaram-se em oferecer atividades com um cunho apenas recreacionista, inspirada nos moldes americanos (GOMES, 2004). Tal fato se dá, justamente, pela falta de clareza sobre esse objeto, que leva, em muitos casos, o poder público a assimilar lazer como recreação.

Segundo Marcellino (1996), outra questão que se verifica ao se pensar no lazer é que, muitas vezes, a administração privilegia apenas um dos interesses culturais em suas ações, geralmente o esporte ou o turismo, não se preocupando em abranger igualmente os demais conteúdos (o artístico, o manual, o intelectual e o social), minimizando, assim, a vivência de outras manifestações culturais por parte da população.

Essas visões parciais, durante o planejamento das ações, se dão, em parte, devido à formação dos gestores que atuam na área. Segundo Isayama (2000, p. 96), são necessários profissionais, nestes setores, que sejam criativos,

reflexivos, pesquisadores, articuladores, interdisciplinares, mas que, sobretudo, possuam um conhecimento teórico e que saibam aliá-lo à realidade local.

Feitas essas breves considerações sobre a situação geral do lazer no Brasil, mormente quando pensado pelos gestores públicos, passar-se-á, no próximo item, à análise do que são as políticas públicas e quais são seus objetivos, buscando contextualizá-las para o setor do lazer.

3 RETOMANDO O CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O surgimento da política pública se deu, primeiramente, como uma estratégia de influência e regulação do Estado para atender à demanda da sociedade, a partir da crise econômica de 1929. Esse momento foi marcado pelo surgimento de inovações nas relações entre capital, trabalho e o Estado, e pelo resgate da função deste enquanto mediador da sociedade, com capacidades e poderes políticos de interferência nas relações sociais (JUNIOR, 2009).

O conceito de políticas públicas vem sendo discutido em praticamente todas as áreas do conhecimento, como uma tentativa de compreender o papel do Estado e suas implicações na sociedade contemporânea. No entanto, é no âmbito da Ciência Política que este ganha destaque, como mostra Souza (2006) ao afirmar que as políticas públicas estão, em sua essência, ligadas fortemente ao Estado, e que este determina como os recursos serão utilizados para o benefício de seus cidadãos.

Ademais, Dias (2003) aponta que a política, de forma geral, pode ser exercida não só pelo governo, mas também por outros órgãos e instituições sociais. Contudo, importa salientar que as políticas públicas são ações executadas exclusivamente pelo Estado, dirigidas a atender as necessidades de toda a sociedade. Porém, alguns autores discordam dessa separação de política e políticas públicas, tal como visto a seguir:

O termo público, associado à política, não é uma referência exclusiva ao Estado, como muitos pensam, mas sim à coisa pública, ou seja, de todos, sob a égide de uma mesma lei e o apoio de uma comunidade de interesses. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e frequentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas podendo e devendo ser controladas pelos cidadãos (PEREIRA, 1994 apud CUNHA; CUNHA, 2003, p.12).

Reforçando estas concepções, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o SEBRAE (2008, p. 5) aponta que, após o aprofundamento e a expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram. Isso se manifesta em um alargamento de suas funções, visto que ele passou, também, a promover o bem-estar da sociedade. Sendo assim, começou-se a traçar ações, metas e planos que orientassem os governos (nacionais, estaduais ou municipais) a atender o bem-estar da sociedade e do interesse público.

Nesse sentido, é importante ressaltar que as políticas públicas não são representadas somente pelos documentos, definidos como planos, programas ou projetos elaborados pelo setor público, mas também devem ser entendidas como um processo que se origina no interior da sociedade, cabendo ao Estado a tarefa de identificar demandas e desenvolver ações que satisfaçam as exigências sociais.

As políticas públicas são, portanto, dinâmicas e tendem a alterar-se ao longo do tempo, podendo apresentar redefinições das diretrizes e dos objetivos. No contexto brasileiro, as políticas públicas passaram por mudanças significativas iniciadas com a (re) democratização do país e consolidadas a partir da promulgação da constituição brasileira de 1988. Até o início dos anos 1980, as políticas públicas promovidas pelo Estado Brasileiro se caracterizavam pela centralização decisória e financeira na esfera federal, pela fragmentação institucional do aparato estatal, pelo caráter setorial das políticas sociais, e pela exclusão da sociedade civil do processo de formulação e implementação das políticas públicas (FARAH, 2001).

Porém, com a forte crise econômica dos anos 1980 tornou-se impossível, segundo Buarque (1991), dar continuidade ao processo de modernização implantado até então. Diante dessa incapacidade da ditadura apoiada pelas classes tecnocrática-militar-empresarial de modernizar o país, como tinham prometido e como a população acreditava, surgiu, no campo político, a necessidade de colocar o país no caminho da redemocratização. O desafio se constituía em buscar alternativas para a elaboração de um projeto que permitisse ao Brasil a democracia para o exercício da cidadania, em que direitos e deveres da população ficassem assegurados nos documentos jurídicos e legais, o que culminou, diante disso, na Constituição de 1988. Nesse mesmo período, houve também a consolidação das eleições diretas para a presidência do Brasil. Segundo Santos (2003), o período de redemocratização do país permitiu que a população se envolvesse de forma mais direta e participativa no controle e na formulação das políticas públicas, com destaque para aquelas que começavam a ampliar seus direitos, normatizados por leis elaboradas na Constituição de 1988.

3.1 UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O LAZER

A partir do entendimento acerca do significado de democracia⁵ e da instauração de um novo cenário, que passou a ser desenhado após ações que fomentassem a descentralização do poder no Brasil, redefiniu-se o espaço para a implantação e implementação de políticas públicas em diversas áreas, inclusive na área do esporte e do lazer no país.

O lazer passa a ser encarado como um direito social assegurado em nossa Carta Magna, mas, por outro lado, ainda é alvo de análises superficiais de gestores públicos, bem como de parte da própria população, que o confunde com jogos, brincadeiras ou apenas esporte. Associado a esse fato, Gomes (2008) aponta que existe um contexto problemático referente ao setor de mão de obra, que é ainda despreparado para trabalhar com o lazer no Brasil. Pode-se inferir, portanto, que a questão das políticas públicas de lazer se reveste de um desafio: chegar ao objetivo de nortear as ações públicas para o lazer em consonância com os anseios dos indivíduos, sem, entretanto, cair em visões viciadas e reducionistas acerca do tema.

O que se observa, frequentemente, ainda de acordo com Marcellino (1996), é que as ações, ao serem pensadas, não articulam o conhecimento técnico à realidade local. A nosso ver, a situação inversa também é recorrente, pois muitas vezes os planejadores conhecem a realidade local, mas não possuem formação técnica, fato que acaba convertendo as ações, no âmbito do lazer, simplesmente em ações recreacionistas, e quando se pensa em lazer como recreação, ele acaba sendo considerado supérfluo em detrimento a outras necessidades. O lazer quando não é entendido como essencial, segundo Marcellino (1996, p. 32), acaba por banalizar os espaços e equipamentos, uma vez que não os reconhece como locais de convívio e trocas culturais, e, com isso, não dá a eles a devida atenção.

Diante desse contexto, no campo do lazer é primordial, no que tange às políticas públicas, que, primeiramente, os gestores compreendam, de forma profunda e ampla, o que é o lazer, seus conteúdos e possibilidades, e que saibam, sobretudo, respeitar a realidade e a identidade local (MARCELLINO, 1996, p. 25).

Um movimento iniciado a partir da década de 1970 e que até hoje se verifica, principalmente no âmbito municipal, é que, ao se denominar repartições de prestação de serviços públicos, comumente, o lazer é associado a setores culturais específicos, tais como Secretarias e Divisões de “Esporte e Lazer”, “Turismo e Lazer”, “Recreação e Lazer”. Tal fato torna as ações restritivas e excludentes, como cita Marcellino (1996, p.24), uma vez que elas se limitam a contemplar o conteúdo ao qual está associado, não reconhecendo, portanto, a interdisciplinaridade do lazer, dificultando, assim, a integração das repartições ligadas aos seis conteúdos culturais.

Além do conhecimento técnico adaptado à realidade local, da integração entre os setores públicos, outra premissa importante é seguir corretamente as fases do planejamento: sensibilização, diagnóstico, elaboração do plano, implantação, monitoramento e avaliação. Durante todo esse processo é imprescindível a participação da população, para que se garanta o sucesso do mesmo, como afirmam diversos autores, tais como Paiva (1996), Desfani e Grillo (1996) e Pinto (1996).

A Constituição Brasileira de 1988 prevê, no artigo 217, que cabe ao poder público incentivar o lazer, como forma de promoção social. Porém, segundo Pinto (1996), uma política de lazer só promoverá de fato democratização cultural e promoção social se redefinir suas prioridades em defesa da conquista do lazer como uma necessidade básica para afirmação da cidadania e da melhoria da qualidade de vida.

4 PERCEPÇÕES DO LAZER EM ALÉM PARÁIBA SOB A ÓTICA DOS SEUS GESTORES

Além Paraíba está situada a 380 km da capital mineira, Belo Horizonte, e possui, segundo dados do censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, em 2010, uma população com cerca de 35.000 habitantes, numa área territorial de aproximadamente de 510,354 km. Nosso objeto de estudo neste município será a Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, durante a gestão 2008-

⁵ O presente trabalho corrobora com os estudos dos autores Brito, Freixo e Silva, que apontam o significado de democracia. Segundo os autores, diversos estudiosos entendem que democracia é uma modalidade de forma de governo. “Etimologicamente, o termo democracia provém do grego demos – povo – e kratein – governo. A democracia tem sua origem na Grécia, no século V a. C., e era entendida como uma forma de governo fundamentada em três direitos essenciais dos cidadãos atenienses: igualdade, liberdade e participação no poder. Da democracia ateniense – cujo exercício se dava por meio das assembleias de cidadãos – passa-se às modernas democracias representativa e participativa. Democracia é termo plurívoco, de difícil conceituação, e por vezes utilizado para justificar ideologicamente a prática de atitudes totalitárias, ou seja, o oposto de seu autêntico significado”. (BRITO; FREIXO; SILVA, 2007, p. 7).

2012. Atualmente sua estrutura organizacional está dividida em quatro subpastas, a saber: um para a pasta de esporte, cujo entrevistado será representado aqui pelo Gestor A; o Gestor B, representante da subpasta de cultura, e o Gestor C, ligado às subpastas de turismo e lazer. Diante disso, com a finalidade de compreender melhor a dinâmica que perpassa essa repartição e de analisar as concepções que a norteiam, realizamos entrevistas com esses três gestores.

Nossos primeiros questionamentos foram a respeito da *trajetória profissional* de cada um, buscando apreender a ascensão destes até a referida pasta. Tanto o Gestor A quanto o Gestor C alegaram que já atuavam na administração municipal. O primeiro já havia ocupado este mesmo cargo na gestão 2001- 2004, mas saiu um ano antes e só retomou sua posição na atual gestão. Parece-nos pertinente ressaltar que nas gestões em que ele atuou, quem ocupou o cargo de vice-prefeito foi seu irmão. Já o Gestor C trabalha há vinte e nove anos na prefeitura, porém antes de assumir o cargo de coordenador das pastas de turismo e lazer, sempre atuou como técnico em contabilidade. O Gestor B não nos narrou seu histórico profissional, e não salientou em nenhum momento que já tinha trabalhado na área.

Investigamos, também, a formação técnica de cada um, visto que esta é determinante no planejamento das ações. O Gestor C, como já foi dito, tem formação em contabilidade e nenhuma experiência, como ele mesmo observou, nas áreas de lazer e turismo. A principal dificuldade apontada por ele é a falta de qualificação nos setores supracitados. Já o Gestor A nos disse que possui somente o segundo grau completo, mas que, além disso, já foi um grande empresário na Zona da Mata mineira e que, atualmente, é agente da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) reconhecido pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), podendo negociar jogadores no âmbito mundial. Chamou-nos atenção quando ele pronunciou as seguintes palavras:

A maior formação que se tem hoje é a vivência, é o conhecimento que você adquire no dia a dia da vida. Então, eu hoje sou uma pessoa que só tenho o [...]. Não sou formado em nada, mas eu tenho o segundo grau, tá! Acho que foi suficiente, porém, tenho uma experiência de vida muito grande. (GESTOR A, 2011).

Desta forma, há certa contradição aqui ao se analisar os estudos de Marcellino (2008), em que ele explicita a necessidade dos executivos municipais, diretamente ligados à questão do lazer, precisam de

um esforço constante para ampliar sua qualificação. Assim, também é importante que contem com aparato técnico de profissionais específicos no planejamento e desenvolvimento dos projetos, não descartando a experiência. Durante a entrevista, uma segunda questão analisada foi a *compreensão de lazer* dos entrevistados, como se verifica nas citações abaixo.

O que eu entendo como lazer? Lazer é a pessoa ter um espaço para se sentir bem, a pessoa que tem uma família que pode pegar um filho, é... é... fazer alguma coisa, deixar ele se divertir, ficar alegre, brincar, entendeu? E ele, também, poder acompanhar essa criança, certo? É um lazer que ele tem um lazer dando lazer ao filho. (GESTOR A, 2011)

E ainda:

E eu acho no sábado e domingo precisaria de outra atividade para complementar o sábado e o domingo, para alocar essas crianças, reunir essas crianças em um local, com atividades, por exemplo: se a gente conseguir fazer um evento com essas atividades, Vamo [sic] supor oito horas de atividades, vamos colocar assim seis horas, entendeu? Já vai tá [sic] de bom tamanho. Eles não vão ficar na rua fazendo coisas erradas. (GESTOR C, 2011)

É notório que ambos os gestores associam o fenômeno somente à recreação. Sobre essa questão Marcellino (2008) assinala que é necessário entender o lazer além do descanso e do divertimento, pois é preciso enxergá-lo como objeto e instrumento educacional, como promotor de melhorias na qualidade de vida e na educação, plenamente capaz de despertar o espírito crítico, o repensar de ações, o contestar de posturas, o enriquecimento psicossocial dos seres humanos e o florescer de potencialidades. Portanto, é preciso que as políticas de lazer estejam atreladas às políticas de educação, saúde, promoção social etc.

Ainda de acordo com o autor supracitado, deve-se considerar o lazer por uma perspectiva mais ampla, como uma cultura vivenciada no tempo disponível. Sendo assim, as diretrizes de uma política municipal de lazer não podem se restringir apenas a uma política de atividades ocupacionais. Como no município os gestores enxergam o tempo disponível como um facilitador para a criminalidade, ou então é um meio de fuga dos problemas, eles procuram oferecer atividades para preencher e controlar essas vivências, como ficou evidenciado nas citações expostas acima.

Perguntamos, também, sobre a *integração* entre projetos que estão sendo desenvolvidos em cada área, com a finalidade de saber se estes abarcavam, de forma igualitária, atividades relacionadas aos seis conteúdos. Na área do esporte ficou evidente que o grande foco é o futebol, tanto que as quadras poliesportivas do município não possuem cesta de basquete, rede de vôlei, somente traves. A pasta de cultura desenvolve projetos mais diversificados, como artesanato, biblioteca itinerante, dança, mas recorrentemente são citados os projetos musicais como os principais. Quanto ao turismo, eles citam apenas o projeto de extensão desenvolvido, atualmente, junto a uma universidade federal. Sobre as atividades relacionadas ao lazer, nos chamou atenção a fala abaixo, que só vem reforçar como o lazer é visto pelos gestores da secretaria:

Lazer assim voltado para a população em geral num [sic] temos nenhuma iniciativa não. Tá [sic]? Esse ano, por exemplo, também em parceria com a Liga de Além Paraíba, já começaram a acontecer os campeonatos de futebol que também estavam parados aqui em Além Paraíba [...] Não temos nenhuma atividade além dessas de futebol não, agora... É vontade do secretário aqui, da gente começar a partir do ano que vem. (GESTOR C, 2001).

Quando questionamos se os projetos *atendem aos anseios* da população, se realizavam pesquisas ou se a mesma participava do processo de elaboração, eles nos disseram que a população gosta dos projetos, pois existe um grande índice de frequência e procura, mas assumem que não realizam nenhum tipo de pesquisa oficial, ou seja, não fazem o monitoramento de suas ações. Já quanto à participação, eles alegaram que existem Conselhos de Patrimônio, Cultura e de Turismo, mas que a população, peça primordial no planejamento, não se interessa em participar.

Através do discurso, é possível perceber como a questão econômica é a motivadora das ações, principalmente quando se pensa nas atividades turísticas e sociais, principalmente o carnaval e a exposição agropecuária. Como é apresentado pelo Gestor A:

O turismo, no meu entendimento é um filão de ouro, porque eu acho que o turismo é essencial, e que muitos países no mundo ganham dinheiro, aumentam sua economia, e busquei, tô [sic] buscando isso para Além Paraíba. (GESTOR A, 2011)

Durante a entrevista, recorrentemente os entrevistados citam como principal dificuldade a escassez dos recursos municipais destinados à secretaria,

porém reconhecem, em parte, que isto é uma derivação da falta de conhecimentos específicos para captar financiamentos junto aos governos federais e estaduais e até mesmo juntamente à iniciativa privada.

Outro ponto negativo que eles evidenciaram para a implantação dos projetos ligados ao lazer é a falta de integração entre as subpastas que compõem a Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e, também, a ausência de comunicação junto a outras secretarias da prefeitura. Marcellino (2008, p.14) aponta que é necessário que os diferentes interesses entendam o sentido amplo do lazer e que estejam inter-relacionados, fazendo com que o âmbito público governamental municipal observe as interfaces com os demais departamentos da própria secretaria ou órgão.

Por fim, nos parece evidente que todas as observações perpassam a questão da formação profissional. As visões parciais acerca do lazer e seus conteúdos, que influenciam na elaboração das políticas públicas, são consequência da falta de qualificação dos gestores nessas áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, compreende-se, nas questões aqui apresentadas, a importância de se entender o conceito de lazer de uma forma menos parcial, sem reduzi-lo a divertimento, descanso ou ócio, mas entendê-lo, sobretudo, como uma importante ferramenta educacional e de reivindicação social, capaz de desenvolver habilidades nos indivíduos, de instaurar novas ordens sociais e culturais, e de promover melhorias na qualidade de vida.

Diante dessa concepção de lazer, bem como a partir da constatação de que as políticas públicas devem ser direcionadas para o atendimento das necessidades e promoção do bem-estar da população, se faz necessário correlacionar as políticas públicas com o campo do lazer.

As políticas públicas deste setor devem ter uma visão ampla, evitando associar o lazer somente como recreação ou o esporte. Elas devem abarcar os seis conteúdos culturais, visando o desenvolvimento individual e coletivo, sem nenhum intuito recreacionista ou financeiro. Nesse contexto, é primordial que os caracteres de liberdade, desinteresse, hedonismo e motivação pessoal do lazer sejam respeitados.

Para que, de fato, essas políticas atendam aos anseios da população, é necessário, primeiramente, que o lazer seja visto pelos gestores como uma prioridade. É necessário, também, que a população participe durante todo o planejamento das ações, apontando suas

necessidades e expectativas. Ainda sobre essa questão, para que as políticas sejam eficientes e eficazes no seu propósito, é extremamente importante que o aparato profissional possua conhecimentos técnicos, mas que, sobretudo, saibam aliá-lo à realidade local.

No que diz respeito ao contexto de Além Paraíba, mais especificamente sobre a visão dos gestores da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, algumas concepções precisam ser repensadas, principalmente no que diz respeito ao lazer e às suas implicações. As ações têm se restringido ao campo do esporte, com apenas alguns projetos pontuais relacionados aos outros conteúdos.

Outra característica evidente é a noção de que a oferta do lazer se faz através de equipamentos e atividades recreativas, com o objetivo de evitar a ociosidade, pois ela gera violência e depredação, na ótica dos gestores. Em parte, essas visões restritas e parciais se devem ao fato desses funcionários não terem uma formação técnica, apesar de saberem muito sobre o contexto local. Deveria-se investir em pessoas com formação técnica para o desenvolvimento dessas políticas, assim como os gestores poderiam passar por cursos de aprimoramento. A participação da população poderia ser mais efetiva desde a elaboração até avaliação das ações e das políticas. É essencial essa integração do Estado com a população, assim como entre as diversas esferas do governo entre si, para que assim as políticas sejam mais coesas e coerentes, e para que de fato ocorra uma melhoria na qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BRITO, F. N. N.; FREIXO, A. L.; SILVA, R. R. G. O conceito de democracia participativa aplicado à prestação de serviços públicos na sociedade da informação. In: *Anais do VII Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa da Informação*, 2007. Salvador: UFBA, 2007.

BUARQUE, C. *O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CHIUZI, R. M.; PEIXOTO, B. R. G.; FUSARI, G. L. *Conflito de gerações nas organizações: um fenômeno social interpretado a partir da teoria de Erik Erikson*. Revista Temas em Psicologia, v.19, n. 2, p. 579-590. 2011.

CUNHA, E. P.; CUNHA, E. S. M. Políticas públicas sociais. In: Carvalho, A. et al. (Org.). *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Proex, 2003.

DESTEFANI A; GRILLO. M. F. Resposta e reflexo: dois tipos de resultados e suas peculiaridades. In:

MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Editores Associados, 1996.

DUMAZEDIER, J. *Sociedade empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FARAH, M. F. S. *Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo*. RAP – Revista de Administração Pública, v.35, n. 1, p. 119-145, jan./fev. 2001.

GOMES, C. L. Lazer - Concepções. In: GOMES, C. L. (Org.) *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

GOMES, C. L. *Lazer, Trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ISAYAMA, H. F. Formação profissional. In: GOMES, C.L. (Org.) *Dicionário crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

JUNIOR, C. F. F. da C., *Políticas públicas, esporte, lazer e deficiência no Brasil*. Vol. D, Juiz de Fora, MG, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6a ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARCELLINO, N. C. *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Editores Associados, 1996.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

PAIVA, J. L. Deflagrando uma ação de lazer. In: MARCELLINO, N. C (Org). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Editores Associados, 1996.

PEREIRA, P. A. P. *Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e consequências*. Brasília: NEPPS/CEAM/UnB, 1994.

PINTO, L. M. S. M. A construção da interdisciplinaridade no lazer: experiência política da

prefeitura de Belo Horizonte – MG. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras*. Campinas: Editores Associados, 1996.

SANTOS, H. T. *A democratização do esporte e do lazer em Porto Alegre: um estudo das políticas públicas no período de 1989 a 2000*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SEBRAE, Brasil. *Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão* por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v.8, nº 16. Jun./dez. 2006, p. 20-45.

Recebido em 25 de março de 2012.

Aprovado, em sua versão final, em 3 de maio de 2012.

Artigo avaliado anonimamente por pares.